



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Maringá

1º Quadrimestre de 2020 - 26.05.2020

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, referente ao 1º Quadrimestre de 2020, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, composta pelos Vereadores **CARLOS MARIUCCI** - Presidente, **WILLIAM GENTIL** - Vice-Presidente e **ODAIR DE OLIVEIRA LIMA** - Membro. A fim de dar início à audiência, às 15h04min do dia 26 de maio de 2020, foram convidadas a compor a Mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Carlos Mariucci; o Vice-Presidente desta, o vereador William Gentil; o Secretário Municipal de Fazenda, o senhor Orlando Chiqueto Rodrigues; e o Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura, o senhor Gilvane de Almeida Braga. Estavam também presentes na ocasião os vereadores Jean Marques e Mário Verri. Com a palavra, Carlos Mariucci agradeceu à equipe de contadores da Prefeitura, bem como aos auxiliares técnicos, pela participação na elaboração da prestação de contas: Adriano Correia da Silva, Aline dos Santos, Cinthia Soares Amboni, Claudinei Braz da Silva, Edimar de Oliveira Carvalho, Felipe Gabriel da Silva Ferro, Luiz Antônio Panosso, Marcos Donizete Toppa, Marcos Rodrigues Carmona, Maria Rupolo Pedriali, Maria Angela Ferrareze Casaroto, Nádia Ferreira da Rocha (Diretora de Orçamento), Vilson Cesar Cruz (Gerente de Contabilidade); e Fernanda Arruda Silva Cremonais (Coordenadora de Controle da Dívida Fundada). A seguir, o Vice-Presidente da CFO, William Gentil, cumprimentou a equipe da Prefeitura Municipal de Maringá e os espectadores da TV Câmara, ressaltando a presença dos assessores de gabinete dos vereadores Alex Chaves e Francisco Gomes dos Santos. Na sequência, o Presidente da CFO destacou que a realização da presente Audiência havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensejar a todos os interessados a devida participação. Entretanto, dada a atual conjuntura do COVID-19, a Portaria nº 097/2020 desta Casa de Leis vedou a presença de público externo nas sessões da Câmara Municipal, permitida em plenário tão somente a presença de vereadores, servidores no exercício de suas funções e profissionais da imprensa. Sendo assim, não estavam no local os senhores Secretários Municipais e os servidores do Poder Executivo Municipal, como de praxe. O público em geral pôde acompanhar a corrente apresentação por transmissão ao vivo, pelos seguintes meios eletrônicos da CMM: site oficial, páginas do Facebook e do YouTube. Assim, Carlos Mariucci esclareceu que a participação na audiência pública seria possível a todos os interessados pelo envio de questionamentos a estes canais oficiais de transmissão. O vereador ressaltou, ainda, que a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ) entregou antecipadamente aos vereadores desta Casa de Leis o arquivo referente à corrente apresentação de prestação de contas. Segundo ele, essa atitude auxilia os membros do Poder Legislativo Municipal no melhor entendimento dos dados que seriam expostos a seguir. Com a palavra, o senhor Secretário Municipal de Fazenda lembrou que é uma característica da atual gestão do Poder Executivo Municipal a transparência dos dados, e que, mesmo neste momento de isolamento social, a SEFAZ vem buscando novas formas de dar a eles publicidade. Portanto, Orlando Chiqueto passou a apresentar os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão disponíveis nos anexos denominados "Documento Externo Prestação de contas (0179257)" e "Relatório Slides audiência (0179593)", que podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo processo de nº 20.0.000003042-3. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no *Site* da Câmara

Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Informações Administrativas > Publicações > Audiências Públicas > Audiência Pública - 1º Quadrimestre de 2020 (Link: <http://transparencia.cmm.net:8090/portaltransparencia/publicacoes>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>. Aos anexos citados, o senhor Orlando Chiqueto fez uma correção durante a exposição, referente à tabela "2.1.2 Transferências Correntes", acerca do lançamento da "Cota-Parte do ITR", explicando que houve inversão de um lançamento contábil: R\$ 2.000.000,00 de reais de ICMS (transferências do Estado) foram lançados na rubrica de ITR (transferências da União). Ele destacou que tais dados já foram devidamente retificados junto ao sistema de acompanhamento mensal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o SIM AM, já no mês de maio. Após finalizar a prestação de contas, às 16h05min, o senhor Secretário colocou-se à disposição dos presentes para responder a possíveis questionamentos. Ele agradeceu à CFO, pela oportunidade de prestar as contas do Poder Executivo Municipal, e à equipe da Secretaria Municipal de Fazenda, que trabalhou na preparação do material. Com a palavra, o vereador Carlos Mariucci agradeceu ao Secretário Municipal de Fazenda e ao Diretor de Contabilidade e Finanças pela exposição. Em seguida, foi ensejada a manifestação dos vereadores presentes no Plenário, momento no qual Jean Marques iniciou sua fala. O vereador frisou seu contentamento com o envio, com antecedência, do Relatório de Prestação de Contas aos vereadores, permitindo a eles maior tempo para análise das informações. Ele lembrou que os efeitos econômicos da pandemia ainda não se refletiram nos dados apresentados pela SEFAZ, pois o decreto municipal que exigiu a suspensão temporária das atividades comerciais e industriais de Maringá foi publicado somente no final do mês de março. Conforme Jean Marques explicou, as contas apresentadas não sofreram impactos negativos porque o contribuinte paga seus tributos pelo regime de competência. Como exemplo, ele disse que o valor de ISS recolhido até abril é referente às atividades econômicas do mês de março, e que, assim, apenas os 10 últimos dias do mês de março é que interferiram nos dados contábeis ora apresentados. Como estes dados se referem ao quadrimestre, que tem duração de aproximadamente 120 dias, os dias citados sem receita normal equivalem a cerca de 10% da atividade econômica paralisada. Dessa forma, o vereador mostrou que isso se reflete exatamente na arrecadação das receitas, principalmente na transferência de ICMS, a qual foi 10% menor do que o valor previsto. Tal fato demonstra que, nos próximos meses, segundo ele, deverá haver forte queda da arrecadação das receitas, especialmente do repasse de ICMS, receita própria de ISS, IPI, e CIDE Combustível. Continuando, Jean Marques também sugeriu que, para as próximas apresentações da SEFAZ, sejam incluídas nas dotações de despesa apresentadas as dotações iniciais, e não apenas as atualizadas. Isso porque, segundo ele, as receitas na dotação inicial e na atualizada costumam ter valores próximos, o que não ocorre com as despesas. Ele exemplificou sua fala, dizendo que, enquanto a dotação inicial da despesa corrente era de R\$ 1.235.000.000, a despesa atualizada foi de R\$ 1.300.000.000,00. O vereador disse que este fato pode ser ainda mais discrepante quando se fizer a análise dos dados contemporâneos à paralisação de atividades do Município. Jean Marques também destacou que houve redução no custeio da Saúde no valor de R\$ 97.000.000,00; no consórcio de saúde, de R\$ 5.500.000,00; nos serviços da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, de R\$ 21.000.000,00 (equivalente a 50%); na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, de R\$ 1.500.000,00 de repasse para as entidades; na Secretaria Municipal de Cultura, de R\$ 3.000.000,00; na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, de R\$ 5.000.000,00; e na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, de R\$ 17.000.000,00. Ele alertou que essas reduções são contrastantes com o aumento da dotação orçada de despesa em comparação com a dotação atualizada, já que houve menor empenho das despesas. Já as receitas, apesar de ainda não terem sido afetadas, se equilibraram por conta das transferências do Sistema Único de Saúde (SUS) e do valor de R\$ 16.000.000,00 recebidos do Governo Federal e do Estado do Paraná para o enfrentamento ao COVID-19. O vereador lembrou ainda que, nos próximos meses, o Município deverá receber cerca de R\$ 53.000.000,00 referentes ao Projeto de Lei de socorro aos estados e municípios em estado calamidade pública, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, o que pode compensar a redução das receitas. Ele destacou também que as transferências ao SUS em 2019 foram de R\$ 73.883.000,00, contra R\$ 99.000.000,00 em 2020, provavelmente devido à pandemia em curso. Com relação às interferências financeiras, Jean Marques percebeu que o valor referente ao primeiro quadrimestre de 2019 é semelhante ao mesmo período de 2020. Sendo assim, ele indagou se havia alguma situação incomum relativa aos valores normalmente repassados à Maringá Previdência, que não estivesse computada no dado. Em resposta, o senhor Secretário disse que a Prefeitura Municipal prevê queda na arrecadação das receitas próprias, não só pela diminuição da atividade econômica, mas também por conta do comportamento da receita. Ele lembrou que, ocorrendo a promulgação da lei de socorro aos estados e municípios pelo governo federal, a reposição das perdas com arrecadação chegará a apenas 80% do valor total necessário.

Sendo assim, o restante do valor não contemplado pelo socorro somente poderá ser compensado por contingenciamento de despesas e pelo aumento da arrecadação. Orlando Chiqueto informou que o Prefeito Municipal tem realizado reuniões com diversas entidades para o planejamento da recuperação econômica do Município e da região. Segundo o Secretário, é esperada a redução de despesas discricionárias e a renegociação dos contratos com terceiros quanto a despesas obrigatórias (como contratos de locação). Sobre a Maringá Previdência, ele disse que a citada redução do repasse à entidade deve-se ao fato de que, em 2019, esta apresentava superávit e optou por não solicitar repasses à Prefeitura, dada a incerteza dos valores de receita do Executivo Municipal. Ele destacou que, atualmente, o que preocupa a Administração Pública é o repasse da arrecadação com o ICMS, pois, ainda que Maringá e o Paraná tenham iniciado antecipadamente o combate ao COVID-19, a queda na arrecadação é deveras preocupante. O Secretário Municipal informou que o Município recebeu do Estado e da União R\$ 18.971.905,00 para o enfrentamento da pandemia, e que, deste valor, foram empenhados R\$ 5.321.324,00 com material de consumo, material de distribuição gratuita, outras despesas de terceirização e outros serviços de terceiros. Com a palavra novamente, Jean Marques lembrou que nem a provisão de 1/12 do décimo terceiro salário foi repassado à Maringá Previdência. Também disse que, quanto à despesa de pessoal, houve incremento de 9,4% do primeiro quadrimestre de 2019 para primeiro quadrimestre de 2020, sendo que o reajuste aplicado aos servidores, que só incidiu a partir de março, foi menor do que esta porcentagem (menos de 5%). Ainda acerca desta despesa, o vereador lembrou que, por conta do isolamento social e conseqüente redução de atividades, alguns gastos podem não ter sido realizados, como dobra de professores e horas-extras nas Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, e da Mulher. Por isso, a despesa com pessoal deveria ter apresentado redução, e não aumento. Ele apresentou dúvidas, ainda, com o aumento de 86% da despesa com juros da dívida, em contrapartida com a redução de 39% da despesa de custeio. O vereador também fez uma importante observação acerca da porcentagem de 47,57% da receita corrente líquida utilizada nas despesas com pessoal: ele afirmou que, ainda que o valor esteja abaixo do limite de alerta, é necessário cautela por parte da Administração, pois 68% do valor do IPTU já foi arrecadado no primeiro quadrimestre, bem como 67% das taxas. Além disso, o reajuste concedido no mês de março à folha de pagamento representará incremento na citada despesa mês a mês. Portanto, segundo ele, a porcentagem de 47,57% da receita corrente líquida com gasto com pessoal deverá subir, devido à queda na arrecadação do valor de tal receita. Respondendo aos questionamentos de Jean Marques, o senhor Diretor de Contabilidade e Finanças explicou que, no cálculo da despesa com pessoal, é utilizado o valor da receita corrente líquida do mês de abril somada à mesma receita dos onze meses anteriores. Sendo assim, o incremento apresentado pelo vereador deve-se a um crescimento vegetativo por todo o ano, causado por promoções e progressões (5% de incremento), contratações e demissões. O Secretário Municipal ratificou a fala de Gilvane Braga, lembrando que devem ser analisados os doze meses anteriores não apenas da receita, mas também da despesa, e não apenas o quadrimestre em debate. Nádia Ferreira da Rocha, Diretora de Orçamento, com a palavra, informou que é responsável pela análise da folha de pagamento para proceder à previsão orçamentária. Segundo ela, a folha de abril, quando verificada quanto a horas extras na área da Saúde, mostra que as horas extras pagas em abril foram realizadas em março. Por isso, não houve discrepância quando comparadas a períodos de normalidade. Do mesmo modo, não houve redução de horas extras de outras Secretarias, já que até o final do mês de março ainda não havia ocorrido a paralisação de atividades em decorrência da necessidade de isolamento social. Quanto ao crescimento vegetativo, houve algumas despesas extras com a Guarda Municipal, que teve alterações na estrutura da carreira, bem como demais promoções e progressões dos servidores em geral. Portanto, pelos motivos elencados, a folha não apresentou redução que refletisse a diminuição de atividades dos servidores causada pela suspensão de determinados serviços públicos. Em resposta, Jean Marques disse que, mesmo assim, o crescimento da folha de pagamento do primeiro quadrimestre de 2018 para o de 2019 foi praticamente metade dos 10% observados na comparação ao que ocorreu entre nos anos de 2019 e 2020. Outra questão colocada pelo vereador foi acerca da aplicação de recursos em educação: diferente de outros exercícios, neste ano, somente a despesa liquidada foi apresentada no relatório da SEFAZ. Sendo assim, ele solicitou que, nas próximas oportunidades, fosse exposta também a despesa empenhada, para que fosse possível que os vereadores tivessem relativo conhecimento e expectativa desta aplicação quanto aos próximos anos. Ele explicou que o motivo de seu pedido é o fato de que a despesa liquidada de 11,84% no primeiro quadrimestre de 2020 é muito próxima ao valor liquidado no primeiro quadrimestre dos outros exercícios. Entretanto, o conhecimento da despesa empenhada permitiria aos interessados melhor analisar o índice de aplicação de recursos em educação nos próximos exercícios. Jean Marques também solicitou à SEFAZ que informasse se as despesas com compra de vagas na educação de iniciativa privada estavam empenhadas na prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2020. Em resposta, o senhor Diretor de Contabilidade e Finanças disse que, quanto às

despesas em educação, todo o valor referente a atividades que tiverem sido executadas no período do quadrimestre foi empenhado e liquidado. Quando ao questionamento do vereador acerca da despesa empenhada, não apresentada pela equipe da Secretaria, ele explicou que o órgão federal que normatiza a prestação de contas do quadrimestre, bem como seus relatórios, estabelece que há obrigatoriedade da apresentação das despesas empenhadas somente ao final do último quadrimestre do ano. Entretanto, Gilvane Braga comentou que é possível adicionar este dado na prestação de contas, caso seja do interesse do Legislativo Municipal. Com a palavra, Jean Marques reforçou sua preocupação com as despesas com juros da dívida, comentando que esta Casa de Leis tem manifestado o mesmo sentimento. O vereador destacou que houve crescimento de 86% com relação ao primeiro quadrimestre do ano passado, provavelmente decorrente das operações de crédito que o Município firmou. Entretanto, ele lembrou que a dívida contratual cresceu somente 26,66% (26,01% de crescimento da dívida interna e 28,96% de crescimento da dívida externa), o que demonstra que houve crescimento da dívida por outros fatores, não somente por conta da elevação do câmbio (dívidas em operações do BID). Jean Marques também frisou que os precatórios referentes à trimestralidade à parte, que estavam suspensos, foram liberados, o que significa que o Município deverá arcar com este valor neste ou no próximo exercício. Para isso, o saldo de depósitos judiciais da Prefeitura Municipal será consumido, além de haver a necessidade da disponibilização de recursos extras para cobrir o inteiro valor do precatório, justamente no momento de maior queda de arrecadação da história recente. Sendo assim, o vereador sugeriu que as duas operações de crédito aprovadas por esta Casa de Leis no ano passado, ainda não realizadas, sejam abortadas e reavaliadas, a fim de não comprometer os próximos exercícios e gerações. Jean Marques também comentou que, embora a Secretaria do Tesouro Nacional permita que o endividamento do município alcance a porcentagem de até 120% da receita corrente líquida, é importante lembrar que o fato de considerar os recursos vinculados e de convênio (cuja destinação é obrigatória) como disponibilidade de caixa para pagar tal endividamento dá a falsa sensação de que há sobra de caixa. Seria interessante, segundo ele, mostrar a disponibilidade para efetuar o pagamento desta dívida, a fim de possibilitar a análise adequada e a reflexão sobre os empréstimos tomados pela Prefeitura Municipal. Outra questão do vereador foi acerca da operação que resultou em aumento da dívida contratual interna de R\$ 115.000.000,00 para R\$146.000.000,00. Em resposta, o contador Adriano Correia da Silva, responsável pelo acompanhamento destes dados, disse que, em relação aos juros da dívida, deve-se atentar ao fato de que há dívidas em dólar, referentes a empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a variação do câmbio impacta diretamente no valor citado, de forma importante. O contador explicou que, sem considerar a moeda estrangeira, a porcentagem de juros fica em apenas 8% ao ano. Ele também esclareceu que os aumentos se devem às diferentes modalidades de despesas, exemplificando sua fala ao citar o gasto com as obras do Terminal Intermodal de 2019 para 2020, inaugurações do "Meu Campinho", e os depósitos judiciais (novos depósitos a cada mês, por volta de R\$ 2.000.000,00 mensais). Ele destacou que, em dezembro de 2019, havia R\$ 416.000.000,00 de dívida fundada, contra R\$ 430.000.000,00 neste quadrimestre, e que este aumento é referente à elevação do dólar somente. Adriano da Silva continuou explicando sobre os depósitos judiciais, lembrando que há uma dívida de R\$ 80.000.000,00, com R\$ 34.000.000,00 depositados em conta, reservados para uma eventual necessidade de utilização do recurso em vinte e quatro horas. Para complementar as informações do senhor contador, o Diretor de Finanças e Orçamento disse que as operações de crédito no período foram as seguintes: R\$ 3.997.000,00 para o Terminal Intermodal; R\$ 1.429.000,00 para o projeto "Meu Campinho"; e R\$ 5.237.000,00 em depósitos judiciais, que totalizam R\$ 10.700.000,00. A este valor, deve ser somado o aumento dos juros em dólar devido ao câmbio. Com a palavra, o Secretário Municipal de Fazenda mais uma vez frisou, quando se compara o gasto com pessoal do primeiro quadrimestre de 2019 com o de 2020, não devem ser analisados apenas quatro meses, dado que o crescimento é vegetativo e ocorre ao longo dos doze meses do ano, conforme já dito. Em resposta, Jean Marques disse que, para obter o dado de 10% de aumento da despesa com pessoal, considerou os dados de R\$ 178.000.000,00 do primeiro quadrimestre de 2019 e R\$ 195.000.000,00 do primeiro quadrimestre de 2020. Sobre isso, o Gilvane Braga explicou que, para melhor analisar o dado citado pelo vereador, é necessário comparar o índice de despesa com pessoal durante todo o ano 2019 e o de 2020, que seria equivalente a 1% de variação apenas, dado o aumento de arrecadação. Com a palavra, o Vice-Presidente da CFO, William gentil, disse que apoiava a atitude de abortar as operações de crédito para evitar possíveis transtornos para a população e para a futura gestão. Referente aos contratos de compra de vagas em creches particulares, o vereador perguntou se estes podem ser rescindidos. Sobre o mesmo tema, ele se disse preocupado com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentado para o ano que vem, pois há a previsão de execução de apenas duas reformas em creches, sem nenhuma previsão de construção destas. Em resposta, Gilvane Braga disse que as despesas com a terceirização foram empenhadas e executadas para o quadrimestre, e que os contratos

de compra de vagas são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que tem a competência para analisar acerca da rescisão ou não. Ele se desculpou, dizendo que não tinha uma informação mais precisa sobre o tema. Em seguida, Carlos Mariucci passou aos questionamentos do público que acompanhava a presente Audiência remotamente, agradecendo àqueles que enviaram perguntas. A primeira participante foi a senhora Adriana Regina Barcellos Pegini, que perguntou qual era o destino dos valores arrecadados com multas aplicadas em Maringá. Em resposta, Orlando Chiqueto disse que os valores relativos a multas são considerados receita corrente, podendo ser utilizados como recursos para o custeio de diversas despesas das diferentes Secretarias Municipais. Entretanto, ele lembrou que há algumas multas que vão para fundos específicos, como as de trânsito, que só podem ser utilizadas para ações de educação no trânsito; e as do Procon, que só podem ser utilizadas para ações de defesa do consumidor. Outra participante foi a senhora Majô Capdeboscq, que perguntou se já haviam sido recebidos os R\$ 20.000.000,00 da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), referente ao mês de maio de 2019. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda disse que uma conta bancária foi aberta exclusivamente para essa finalidade, sendo que o recurso já está aplicado, rendendo dividendos e aguardando pronunciamento do Ministério Público do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para ser investido como receita de capital ou de custeio. A mesma cidadã perguntou também se a Prefeitura havia utilizado verbas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para pagar a empresa que administra o vale-alimentação, mesmo essa dotação orçamentária não estando descrita no contrato, segundo ela. Em resposta, o Secretário afirmou que sim, pois o vale-alimentação é uma despesa acessória da folha de pagamento, e as verbas do SAMU custeiam a folha e suas despesas acessórias. Entretanto, ele lembrou que o pagamento não é feito à empresa, visto que esta apenas carrega o cartão de alimentação, oferecendo um desconto à Prefeitura Municipal de Maringá. Majô Capdeboscq ainda questionou sobre quanto já foi despendido dos R\$ 5.000.000,00 recebidos para o enfrentamento ao COVID-19, com dispensa de licitação. Em resposta, Orlando Chiqueto disse que esse levantamento ainda não havia sido realizado, mas que a dispensa de licitação é rara, tendo ocorrido em no máximo dois casos na Secretaria Municipal de Saúde. A espectadora também indagou se a Prefeitura Municipal iria usar recursos federais da área da Saúde para pagar a folha de pagamento, a qual obteve a resposta de que, neste primeiro quadrimestre, nenhum valor deste recurso havia sido utilizado para isto. Além de perguntas, houve também comentários dos espectadores Edmilson Aparecido da Silva e Elisângela Silva. Em seguida, o Presidente da CFO, Carlos Mariucci, passou a palavra ao senhor Secretário, para que ele tecesse suas considerações finais. Orlando Chiqueto, assim, agradeceu a oportunidade de trazer informações acerca das contas do Município, para que a CMM pudesse analisá-las e interpretá-las. Ele disse que, embora a legislação permitisse ao Poder Executivo Municipal apresentar a prestação de contas até o último dia do primeiro mês subsequente ao quadrimestre, a gestão atual fez questão de se antecipar e encaminhar o material para prévia análise por parte dos vereadores. Ele lembrou que a prestação de contas envolve muito trabalho em pouco tempo de execução, e que há inúmeras obrigações acessórias exigidas por diversos órgãos. Por isso, a SEFAZ vem se valendo da tecnologia para aumentar a assertividade, transparência e eficiência na prestação de contas ao dono dos recursos, que é a população maringaense. Ele lembrou que não existe recurso público, e sim dinheiro do contribuinte, e que, por isso, este deve ter conhecimento sobre como está sendo sua aplicação. Orlando Chiqueto frisou que a CMM tem papel preponderante na fiscalização do Poder Executivo Municipal, permitindo que a população seja capaz de compreender o trabalho da SEFAZ, que é essencialmente técnico e complexo, visto que legislação que rege a Contabilidade Pública também o é. Ele disse que o time de contadores traduzem-na em linguagem simples, para que a comunidade, como um todo, possa ter acesso aos dados e fazer sua própria análise. O Secretário destacou que a gestão municipal atual, bem como a equipe da SEFAZ, preocupa-se com a lisura e transparência de todos os seus atos, sendo pautados pela ética e responsabilidade, com amor à coisa pública e com o desejo de que Maringá continue sendo a melhor cidade para se viver. Com a palavra, o Presidente Carlos Mariucci perguntou quais ações vinham sendo planejadas pelo Município para minimizar os impactos negativos no orçamento e as dificuldades relatadas por micro e pequenos empresários e comerciantes acerca de suas atividades econômicas. Ele lembrou que a CMM tem encontrado saídas desta problemática, como a suspensão dos prazos de pagamento do ISSQN e IPTU, por exemplo. Mais especificamente, Carlos Mariucci indagou qual seria a forma de fomento e de apoio às empresas por parte da Prefeitura Municipal, num momento pós-pandemia. Em resposta, Orlando Chiqueto lembrou que muito já foi feito, inclusive em parceria com a CMM: suspensão da cobrança do IPTU e ISS para dar fôlego aos empresários e investimentos na Sociedade Garantidora de Crédito para a obtenção de linhas de crédito com juros mais baixos. Ele continuou, relatando que o Prefeito Ulisses Maia tem se reunido com diversas entidades e vem elaborando um plano de recuperação econômica juntamente com outros municípios. Este plano, segundo o Secretário, está em estágio avançado de

negociação, e a ideia é executar, nos próximos seis meses, uma retomada econômica da cidade focada em um novo modelo de negócio, dado o momento diverso em que vivemos. Ele disse que esse plano tem o objetivo de manter os negócios ativos, e fazê-los prosperar no atual mercado globalizado e competitivo, gerando emprego qualificado com remuneração igualmente qualificada para o trabalhador maringense. Orlando Chiqueto esclareceu que, em breve, haverá a transição do momento de isolamento social, focado na preservação de vidas, para a recuperação e preservação de empregos. Carlos Mariucci agradeceu os esclarecimentos, dizendo que o Município é grato às grandes empresas que aqui se instalaram, mas lembrou que são as micro, pequenas e médias empresas que fazem girar a roda da economia. Com a palavra, o Vice-Presidente da CFO disse que é preocupante a fala recente do Secretário Municipal de Saúde, Jair Biatto, o qual relatou o pagamento de até três vezes o valor dos produtos comprados pela Prefeitura Municipal. Por isso, o vereador perguntou sobre os recursos recebidos por Maringá para o combate ao COVID-19: qual o valor já recebido, quanto dele já foi disponibilizado e como foram realizados os gastos. Ele declarou que encontrou resistência por parte da Administração Pública no fornecimento destes dados, e que até a presente data, não havia prosperado em obtê-los. Em resposta, Orlando Chiqueto explicou que a Prefeitura de Maringá, somente no ano passado, realizou cerca de 870 processos de aquisição de produtos e serviços. Ele alegou que toda e qualquer compra realizada pela Prefeitura passa, obrigatoriamente, por um processo de várias etapas, mesmo que haja dispensa de licitação. O Secretário informou não ser capaz de precisar estes valores solicitados pelo vereador no momento, mas esclareceu que, quando a SEFAZ recebe uma nota fiscal para empenho, liquidação ou pagamento, há a rígida verificação sobre a correta execução do rito. Sendo assim, ele garantiu a William Gentil que 100% dos pagamentos realizados pela Secretaria cumprem adequadamente o rito processual. Dessa forma, o vereador perguntou se os dados por ele citados acerca das compras já realizadas estavam disponíveis online. Em resposta, Orlando Chiqueto afirmou que a Controladoria Geral do Município alimenta o Portal da Transparência de forma sistemática. Mesmo assim, William Gentil informou que ele não conseguiu localizar alguns processos de forma eletrônica, e que debateria este tema com a Secretaria Municipal de Saúde posteriormente. Com a palavra para suas considerações finais, Jean Marques afirmou ser satisfatório estar presente na ocasião, visto que é missão institucional da CMM o acompanhamento das contas da Prefeitura. Pelo fato de o momento atual ser de apreensão, o vereador comentou que muitas pessoas estavam acompanhando a apresentação pelas redes sociais. Sendo assim, ele perguntou qual era a perspectiva da SEFAZ para os próximos meses, já que Maringá é reconhecida mundialmente pelo seu planejamento, não somente urbano, mas por aquele decorrente da participação efetiva da sociedade civil organizada. Jean Marques comentou que a queda na arrecadação da receita preocupa vereadores e municípios. Em resposta, Orlando Chiqueto concordou que vivemos apreensão e incerteza com relação ao futuro, e que é neste momento que se destaca a necessidade da Ciência Contábil. Ele explicou que tanto a Prefeitura Municipal quanto a iniciativa privada somente passarão por esta crise se tomarem decisões com base em informações obtidas por contabilidade sólida e estruturada, que reflita a realidade. Segundo ele, a Prefeitura apresenta excelência no Setor de Contabilidade e em seus profissionais, o que permite que sejam realizadas projeções acertadas sobre o futuro. O Secretário relatou que o orçamento para o ano de 2020 foi elaborado com previsão otimista, tendo sido elaborado entre maio e junho de 2019. À época, era esperada situação altamente favorável para o município, o que realmente se concretizou no primeiro quadrimestre deste ano: arrecadação maior que a prevista e controle das despesas. Por esses motivos, o resultado orçamentário para este período foi bom, o que coloca Maringá em uma posição privilegiada e permite maior tranquilidade no enfrentamento às conseqüências da pandemia. Orlando Chiqueto lembrou que se passaram cinco meses do ano, com dois meses de atividades econômicas paralisadas, o que faz com que haja projeção de perda de arrecadação. Esta perda, segundo ele, será suprida com ajuda da União, com reservas de contingência de R\$ 15.500.000,00 e com o trabalho em conjunto da SEFAZ e da Secretaria Municipal de Gestão para reavaliar o orçamento de todas as demais Secretarias. O Secretário disse ser necessário o contingenciamento de despesas, a fim de evitar gastar mais do que se arrecada, sendo este o princípio básico da gestão pública. Infelizmente, investimentos e projetos serão revistos, a fim de evitar déficit. Conforme palavras dele, a Prefeitura Municipal tem estrutura adequada e vem apresentando seriedade na condução dos trabalhos nos últimos três anos e meio, o que possibilita a confiança no enfrentamento correto das dificuldades impostas pela atual conjuntura. Orlando Chiqueto lembrou que o resultado do primeiro quadrimestre de 2020 foi fantástico, comparando a performance de Maringá à velocidade cruzeiro, com alta arrecadação e diminuição de despesas, além do planejamento de 10% do orçamento em investimentos. Ele destacou, também, que a sociedade civil organizada e a gestão pública são fortes e eficientes, o que vai permitir que saíamos desta pandemia mais unidos e avançando enquanto município. Assim, há ambiente favorável ao desenvolvimento de novos negócios, de geração de emprego e renda. Com a palavra, o Presidente da CFO agradeceu a presença, nesta Casa de Leis, dos senhores

Orlando Chiqueto e Gilvane de Almeida Braga, dos servidores da equipe da SEFAZ, dos vereadores presentes (William Gentil, Jean Marques e Mário Verri) aos espectadores e aos servidores da CMM, que assessoraram o andamento dos trabalhos. Como última fala, o Secretário Municipal de Fazenda fez um agradecimento, relatando que a equipe da CMM deu todo o suporte à SEFAZ para que a corrente apresentação fosse devidamente planejada, nos moldes virtuais necessários, o que possibilitou o alcance de um número maior de pessoas. Carlos Mariucci lembrou que um momento difícil, como o isolamento social em que vivemos, também estimula o aprendizado, no que tange ao uso da tecnologia que temos à disposição para avançar ainda mais na disseminação de informações. Sendo assim, ele agradeceu a todos que contribuíram, de alguma forma, para conferir transparência, lisura e publicidade a esta audiência pública. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 17h17min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre de 2020, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2020** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>.

CARLOS MARIUCCI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

WILLIAM GENTIL

Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Emar Mariucci, Vereador**, em 15/06/2020, às 11:08, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **William Charles Francisco de Oliveira, Vereador**, em 17/06/2020, às 08:45, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0179886** e o código CRC **83B2AF24**.